

Lukács e a atualidade do marxismo

Maria Orlanda Pinassi e Sérgio Lessa (orgs.)
São Paulo, Boitempo Editorial, 2002.

CAIO NAVARRO DE TOLEDO*

I. Em *Lukács e a atualidade do marxismo*, estudiosos dos trabalhos do pensador húngaro escreveram textos que apresentam afinidades interpretativas e confluem na medida em que estão voltados à discussão da questão das origens, do significado e da relevância filosófica e política das obras que abordam a problemática da *Ontologia*.

Nicolas Tertulian e Guido Oldrini contribuem com três eruditos textos. O leitor tem, assim, a oportunidade de conhecer a intensa e complexa trajetória político-intelectual do filósofo, algumas de suas polêmicas teóricas nos campos da estética, política e filosofia, as teses centrais que fundamentam a problemática da *Ontologia do ser social* e suas relações com trabalhos an-

teriores. Embora os dois autores revelem claras concordâncias quanto à interpretação da obra de maturidade de Lukács, não adotam em face dele, como alguns discípulos, uma postura reverencial ou acrítica. Diante das inevitáveis limitações de uma resenha, privilegiamos examinar aqui a problemática ideológica e política debatida nos textos de José Paulo Netto e Sérgio Lessa.

II. Em “Georg Lukács, um exílio na pós-modernidade”, Paulo Netto entende que a clássica afirmação de Sartre, nos anos 60 – “o marxismo, como quadro formal de todo pensamento filosófico de hoje, é insuperável” –, bem longe está de qualquer consensualidade no chamado “mercado dos bens simbólicos”. Para ele, uma vertente em particular da tradição marxista deixa de ser pri-

* Professor do Departamento de Ciência Política, Unicamp.

vilegiada no debate filosófico contemporâneo – seja pelo “pensamento pós-moderno”, seja, inclusive, pela cultura oposicionista ou de esquerda. Seria a obra lukacsiana – culminando com a *Estética* e a *Ontologia do ser social* – que colidiria “frontalmente com o atual ‘espírito do tempo’”, dentro e fora dos meios acadêmicos e críticos (ou não).

Paulo Netto conclui que a centralidade da perspectiva da ontologia do social no debate das idéias apenas se tornará possível a partir do momento em que ocorrer “um forte, massivo e visível movimento social anticapitalista, portador de viabilidade revolucionária”. Se os marxistas não devem aguardar que a velha toupeira volte um dia a mostrar a cabeça, qual a perspectiva política, aqui e agora, oferecida pela *Ontologia*? Questão desafiadora que, no entanto, deixa de ser enfrentada pelo texto. A questão política, na sua dimensão teórica, será abordada pelo texto de Lessa.

III. Na mesma direção de outros estudiosos, afirma que o tema da política receberá um tratamento problemático e controvertido no interior da *Ontologia*. Lukács definiria aí a política como uma práxis ideológica que se caracteriza pela universalidade. Um trecho dessa obra justifica a existência da política:

Não pode haver nenhuma comunidade humana (...) na qual e a propósito da qual não surjam continuamente questões que nós estamos acostumados a denominar, num nível mais evoluído, de políticas.

Leitor criterioso da obra de Lukács, Lessa questiona a formulação acima. A afirmação da “universalidade” da política implicaria uma “tensão na estrutura categorial mais geral da obra” pois o exame rigoroso do trabalho de maturidade do autor revelou que apenas o *trabalho*, a *sociabilidade* e a *linguagem* – não a política – são admitidos como “complexos categoriais decisivos” do ser social. No entanto, a política é nessa obra concebida como *universalidade*, não havendo, pois, “sociabilidade sem política”.

Para demonstrar a “derrapagem” conceitual produzida pela abordagem acima, o autor examina o estatuto do Direito na própria *Ontologia*. Seguindo de perto as teses de Engels em *A origem da família, da propriedade e do Estado*, Lukács teria concebido o Direito com sendo *histórico* e possuindo um *caráter de classe*. No entanto, tais características e atributos não são atribuídos à política; para Lessa, na *Ontologia* se ignora que

(...) que a essência da política diz respeito, de modo direto, às atividades sociais voltadas à reprodução da dominação do homem pelo homem.

A política, assim, seria congênita às sociedades de classes – estruturadas e fundadas na “dominação do homem pelo homem”.

Num momento de seu ensaio, o autor concede à práxis política a capacidade de contribuir para a extinção da dominação de classes. No entanto, a política – *categorial e essencialmente* –

não é senão o exercício da “*dominação do homem pelo homem*”; desta forma, será sempre uma dimensão eminentemente *negativa* da vida social. Para esta perspectiva teórica, a política e o Estado – como expressões da alienação social e da pré-história da humanidade – se transformarão em peças de museu na futura sociedade comunista. Adotando os termos da linguagem humanista – que se nutrem das belas metáforas formuladas nos *Manuscritos de 1844* –, Lessa acreditaria na extinção da política a partir do momento em que as alienações humanas seriam abolidas; nas suas palavras,

no caso do comunismo, as disputas pelo sentido da construção do futuro são expressões da sociabilidade emancipada que assume conscientemente o fazer a história.

Discordamos de tais formulações. Paradoxalmente, para nós, o alegado equívoco cometido por Lukács na *Ontologia* permitiu a ele evitar as armadilhas da orientação teórica defendida no ensaio de Lessa. De forma sintética, e necessariamente esquemática, ressaltamos dois pontos.

Uma concepção histórica e dialética da totalidade social deveria superar as falsas antinomias que se expressam pelo *economicismo* ou pelo *politicismo*, ao mesmo tempo em que deveria dar conta das virtualidades contidas no terreno da luta de classes. Sem magnificar ou mistificar as possibilidades da atividade política – defeito típico do idealismo de orientação *politicista* –, não se

pode, contudo, num erro simétrico – típico de diferentes modalidades do neoanarquismo e do apoliticismo contemporâneo – diabolizar, conceitual e praticamente, a ação política. A ênfase em definir a “essência da política” como um conjunto de “atividades sociais voltadas à reprodução da dominação do homem pelo homem” é insuficiente para se elaborar uma visão crítica da vida social. Deixando de enfatizar que a formação social – como um espaço contraditório – é permeada pela luta de classes, esta concepção significa, entre outras coisas, reduzir a política (e a ideologia) às práticas de dominação das classes *dominantes*; além disso, como sua consequência lógica, pode implicar uma subestimação da atividade política dos trabalhadores e dos setores populares na luta contra a ordem burguesa.

Se pretendem construir uma sociedade “para além do capital”, as classes populares e os trabalhadores devem agir politicamente, *antes e durante* a edificação do socialismo. As armas e os recursos da política não são exclusivos das classes dominantes; sob o controle dos trabalhadores, não implicam, pois, a “reprodução da dominação do homem pelo homem”, mas, sim, podem ser instrumentos de libertação e superação das distintas opressões de classe.

Por outro lado, não acreditamos que a desejada “sociedade emancipada” venha abolir a atividade política numa ordem pós-capitalista. Para nós, a esfera política seria ultrapassada apenas na hipótese (mítica) do comunismo significar, entre outras coisas, a transparên-

cia de suas complexas e diversificadas estruturas sociais e econômicas, a comunicação plena das subjetividades e a harmonização absoluta das vontades (e dos interesses) em todos os planos da vida social. Mesmo que deixem de ter uma natureza antagônica e destrutiva, os *inevitáveis* conflitos e disputas na sociedade sem classes não serão resolvidos de forma espontânea e harmoniosa, sem a mediação de alguma espécie de *poder público*. Deixando de ter as funções e estruturas características dos Estados classistas modernos – coercitivas, burocratizadas e altamente especializadas –, este poder público *a ser inventado* deveria ser o espaço para solucionar conflitos e disputas, bem como o instrumento para fazer cumprir decisões fundadas em procedimentos crescentemente democratizados. Embora destituída do caráter repressivo e classista, a política não deixaria de ser uma dimensão *necessária e insubstituível* da vida social.

No entanto, hoje, a tarefa prioritária é outra. Cabe aos marxistas, aqui e agora, pensar a política de forma revolucionária. Da mesma forma que a ideologia não se confunde com a “falsa consciência” nem é sinônimo de “mistificação burguesa”, a política não deve ser encarada de forma negativa ou apenas suspeita. Sob a hegemonia dos trabalhadores, a luta ideológica e a luta política – deixando de ser atividades sociais identificadas com a “reprodução da dominação do homem pelo homem” – podem ser instrumentos indispensáveis para a transformação radical da sociedade de classes.

É inegável que Lessa se inspira em textos clássicos de Marx e Engels para defender sua crítica da política e, particularmente, do Estado. Mas isso não garante o acerto de sua argumentação, pois também sabemos que esses autores, em alguns momentos de suas obras, formularam teses de natureza utópico-idealista acerca da vindoura sociedade comunista – como o lírico trecho de *A ideologia alemã* (“caçar pela manhã, pescar à tarde, criar animais ao anoitecer, criticar após jantar”) é um exemplo eloqüente. Esses momentos das obras de Marx e Engels não se constituem nos mais sólidos fundamentos para se elaborar uma teoria crítica e dialética da política no capitalismo contemporâneo nem contribuem para esclarecer a natureza, o estatuto e as dimensões da atividade política na sociedade sem classes.

IV. A segunda parte do livro abre com uma breve entrevista de Georg Lukács, concedida a Leandro Konder, em 1969. Nela se revela a força intelectual e a dignidade moral e política do pensador húngaro. Até o fim de sua vida, ele se dedicou, de corpo e alma, ao trabalho teórico; se, aqui e ali, equívocos cometeu, nunca abdicou do rigor intelectual. Nessa entrevista faz considerações inteligentes sobre o papel de Stalin, Lênin, Sartre, de Garaudy, sobre a *Ontologia do ser social* etc. Certamente sua permanente admiração a Lênin ainda desagrade aqueles que postulam hoje um marxismo (comportado) que se distancie gradativamente das contribuições teóricas e políticas do revolucionário russo.

A seguir publicam-se 34 cartas da correspondência mantida entre Lukács e Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, de 1961 a 1970. Os estudiosos da história do marxismo no Brasil também se beneficiarão da leitura da entrevista que os dois brasileiros concederam aos organizadores desta antologia. Somos então introduzidos ao contexto político dos anos 1960 e 1970 no Brasil, aos temas e debates culturais no interior da esquerda brasileira (particularmente dentro do PCB), ao conhecimento de seus intelectuais etc. É digno de salientar que, desde os anos 1960, através de atividades em jornais e revistas partidários (ou não), de ensaios e livros publicados, Konder e Coutinho vieram desempenhar um papel relevante nos quadros da cultura política e do marxismo brasileiros. Autores como Lukács e Gramsci passaram a ser conhecidos entre nós, em boa medida, graças à iniciativa intelectual e à militância política desses dois autores.

No entanto, um reparo crítico deve ser aqui feito. É de se estranhar que, na entrevista concedida sobre a recepção de Lukács no Brasil, Coutinho e Konder em nenhum momento destacaram a importância da (extinta) revista *Temas de Ciências Humanas* na divulgação de textos de Lukács no Brasil. (A editora da revista teve, inclusive, o trabalho pioneiro de publicar, entre nós, uma tradução de dois capítulos da *Ontologia*.) Igualmente, na entrevista omite-se a contribuição editorial da revista *Ensaio*, dirigida até recentemente pelo filósofo, de orientação lukacsiana, José Chasin¹. Como bem se sabe, desde os anos 70, essa revista, regularmente, publicou importantes textos e entrevistas de Lukács e ensaios de estudiosos internacionais (entre eles, N. Tertulian, I. Mészáros e outros) e brasileiros que tematizam, especialmente, as últimas obras do pensador húngaro.

¹ Registre-se, porém, que ao contrário de Coutinho e Konder, José Paulo Netto fez questão de reconhecer o papel decisivo que teve o ex-editor da revista *Ensaio* (atualmente sucedida por *Ad Hominem*), dentro da universidade brasileira, na orientação de pesquisas filosóficas em torno da *Ontologia do ser social*, exatamente a obra que motivou a organização da presente coletânea.

TOLEDO, Caio Navarro de. Resenha de: PINASSI, Maria Orlanda; LESSA, Sérgio (orgs.). Lukács e a atualidade do marxismo. São Paulo: Boitempo, 2002. São Paulo, Boitempo, v.1, n. 16, 2003, p. 167-171.

Palavras-chave: Lukács; Ontologia; Marxismo.